



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 584 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

**ALTERA E ACRESCENTA ARTIGOS A LEI Nº 345,  
DE 22 DE JUNHO DE 2005 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - O Caput do Art. 1º da Lei Municipal nº 345/2005, passará a ter a seguinte redação:

***“ Art. 1º - “Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do Município de Banabuiú, elaborado com a parceria de amplos segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil, com duração de 10 (dez) anos, para o período de 2015 a 2025, conforme Anexo Único”.***

**Art. 2º** - O Caput do art. 2º da Lei Municipal nº 345/2005, passará a ter a seguinte redação:

***“Art. 2º - O Plano Municipal de Educação está em consonância com o Plano Nacional de Educação – Lei Federal nº 13005/14, Plano Estadual de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e demais instrumentos legais aplicados”.***

**Art. 3º** - São diretrizes do PME 2015-2025:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II- Universalização do atendimento escolar;
- III- Superação das desigualdades educacionais;
- IV- Melhoria da qualidade do ensino;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, com ensinamento teórico de direito constitucional, direito civil e transito educativo.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

VI- Promoção da educação em direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

VII- Promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;

VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva;

IX - Valorização dos profissionais de educação;

X - Difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;

XI - Fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam.

**Art. 4º** - A implementação do PME pautar-se-á pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município, as entidades da sociedade civil organizada e a comunidade escolar.

**§1º** O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implantação e implementação das metas e estratégias estabelecidas no Plano a que se refere esta Lei.

**§ 2º** A partir da vigência desta Lei, as instituições do Sistema Municipal de Ensino, em articulação com as redes estadual e privada, sediadas neste município, deverão elaborar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas com base no Plano Municipal de Educação.

**§ 3º** O Poder Legislativo Municipal, por intermédio de seus integrantes, acompanhará e fiscalizará a execução do Plano Municipal de Educação.

**Art. 5º** - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação da Câmara Municipal;

III - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**Parágrafo Único:** Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações, tornando público seu conhecimento à população;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em educação, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME.

**Art. 6º** - Caberá à Secretaria Municipal de Educação promover a realização de pelo menos 2 (duas) Conferências Municipais de Educação até o final da década, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, a iniciar do 2º (segundo) ano de vigência desta Lei, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução das metas que deverão ser implementadas até 2025 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para próximo decênio de 2026 a 2036.

**Art. 7º** - Os instrumentos de planejamento do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas e estratégias do PME.

**Art. 8º** - Os Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

**Art. 9º** - Fica mantido o regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União para a consecução das metas do PME e a implementação das estratégias a serem realizadas.

**Art. 10** - O Poder Público Municipal empenhar-se-á na divulgação do PME 2015-2025 e na progressiva realização de suas metas e estratégias para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 11** - ~~As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas~~ orçamentárias próprias do município.

**Art. 12** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 345/2005



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

Sala das sessões da Câmara Municipal de Banabuiú, aos 19 de Junho de 2015.

  
Jeovane Bezerra Dutra  
Presidente

  
Urbano Ferreira Cunha Filho  
1º Secretário



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**ANEXO ÚNICO DO AUTOGRAFO DE LEI Nº 584 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

**Metas e Estratégias**

**META 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Estabelecer um programa de acompanhamento das demandas por meio da manutenção de um cadastro único, permanente e informatizado, acessível, a qualquer tempo, aos Dirigentes Escolares, aos Conselhos Tutelares, Conselho de Direitos e de Educação e à população, bem como banco de dados que subsidiem a elaboração e a implementação de Políticas Públicas para a Infância;
2. Criar, manter e ampliar Conselhos Escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria da estrutura e funcionamento das instituições de educação infantil públicas e privadas (lucrativas e não-lucrativas), bem como no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos, garantindo-se:
  - a) maior integração na relação família-escola;
  - b) realização de reuniões em horários que facilitem a participação da família;
  - c) aumento da periodicidade das reuniões do Conselho de Escola, assegurando o mínimo de quatro reuniões anuais, sendo duas por semestre;
  - d) realização de cursos de formação de conselheiros escolares e de cursos sobre o papel dos Conselhos para a comunidade escolar.
3. Manter a oferta de alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, por meio de colaboração financeira da União, do Estado e do Município (convênios);
4. Assegurar o fornecimento dos materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional nos estabelecimentos públicos e conveniados, de forma que:
  - a) sejam atendidos os padrões de infraestrutura definidos no objetivo nº 1;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

- b) sejam adquiridos e/ou repostos anualmente os recursos pedagógicos , em especial, brinquedos, jogos e livros infantis, garantindo acervo diversificado, em quantidade e qualidade adequadas;
  - c) seja adquirido e/ou mantido acervo de livros para pesquisa e formação de educadores e pais;
  - d) haja participação da comunidade escolar (colegiados e instituições auxiliares) na definição desses materiais, considerando-se o projeto político-pedagógico da unidade, bem como o papel do brincar e a função do brinquedo no desenvolvimento infantil.
5. Estabelecer, no prazo de 2 anos, e com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 5 anos, nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema;
6. Manter o atendimento parcial e integral das crianças de 0 a 3 anos e adotar, até o final da década, progressivamente, o atendimento para todas as crianças de 4 e 5 anos, garantindo-se padrões de qualidade estabelecidos, de acordo com as necessidades da demanda;
7. Promover debates com a sociedade civil sobre o direito da criança à educação infantil pública, gratuita e de qualidade bem como dos deveres da família junto à Unidade Escolar;
8. Promover palestras e encontros voltados à comunidade para uma maior conscientização quanto aos direitos e deveres, às necessidades físicas, psicológicas e sociais da faixa etária em questão, e implantar e aprimorar a Escola de Pais;
9. Garantir que a avaliação dos alunos na educação infantil seja feita considerando seus próprios avanços em relação a seu desenvolvimento, numa perspectiva progressiva;
10. Estabelecer condições para a inclusão das crianças com deficiência, com apoio de especialistas e cuidadores, definindo o número máximo de crianças por sala, imóvel, mobiliário, material pedagógico adaptado, espaço físico acessível, orientação, supervisão e alimentação;
11. Estabelecer condições formais para acompanhamento pela comunidade escolar dos projetos de construção e reforma, em todas as suas etapas: elaboração, execução e fiscalização do projeto, com representantes dos diferentes setores, inclusive da vigilância sanitária, engenharia e arquitetura e equipe pedagógica;
12. Promover ações junto às instituições formadoras do Ensino Superior, a fim de qualificar a formação de professores para a Educação Infantil, com conteúdos específicos da área;
13. Garantir acesso à apropriação das formas mais ricas e elaboradas da cultura construídas pela humanidade;
14. Constituir equipes multidisciplinares e multiprofissionais em polos (fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais) que possam dar suporte à prática educativa;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

15. Estabelecer rotina de período integral para renovar atitudes que respeitem a individualidade, direitos e necessidades básicas da criança tais como: banho, sono, alimentação e atividades pedagógicas;
16. Viabilizar convênios com as universidades para oferecimento de cursos de pós-graduação aos Profissionais da Educação;
17. Viabilizar, mediante convênios, projetos e contratos, a melhoria da segurança nas escolas, garantindo vigilância 24 horas por dia e em finais de semana;
18. Viabilizar o conteúdo de língua inglesa no ensino de 4 a 5 anos com professores da área;
19. Garantir os princípios da Gestão Democrática discutidos neste documento;
20. Ampliar e/ou construir unidades escolares do ensino infantil de acordo com a demanda apurada, buscando convênio com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos;
21. Definir quantidade de alunos por faixa etária; inserir Programa Brasil Carinhoso.

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Realizar censo demográfico para identificar a demanda a ser atendida;
2. Garantir a organização de turmas, não superiores a 25 alunos, de 1º ao 5º ano, e não superiores a 30 alunos, de 6º ao 9º ano;
3. Delinear políticas e ações para superar a repetência e a evasão que causam a defasagem idade-série;
4. Garantir o acesso ao ensino público e gratuito aos que, por algum motivo, não frequentaram a escola na idade esperada e aos deficientes e pessoas com necessidades educacionais especiais;
5. Assegurar, em colaboração com a União, o Estado e o Município, no prazo de 5 anos a partir da data de aprovação deste Plano, a universalização do atendimento de toda demanda do ensino fundamental; garantindo o acesso, buscando a permanência e a efetiva aprendizagem de todos os alunos na escola;
6. Estabelecer, como meta para o atendimento à demanda do ensino fundamental, o máximo de 25 alunos por classe nos anos iniciais (1º ao 5º ano), e o mínimo de 20 alunos a partir da aprovação deste plano, e observando para os anos finais (6º ao 9º ano):
  - a) em 3 anos o máximo de 30 alunos por classe e o mínimo de 15;
  - b) em 5 anos o máximo de 28 alunos por classe e o mínimo de 18;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

c) em 7 anos o máximo de 25 alunos por classe e o mínimo de 20.

7. Proceder, imediatamente, o mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório;
8. Avaliar o aluno, em todo o seu processo de aprendizagem, considerando suas dificuldades como indicadores para a reorganização do ensino e da aprendizagem;
9. Estabelecer em colaboração com a União, o Estado e o Município, programas de apoio à aprendizagem e de recuperação paralela, ao longo do curso, para reduzir as taxas de repetência e evasão. Implantar, em parceria com a SEDUC, o Programa Professor de Turma;
10. Realizar fórum sobre organização curricular para revisar a matriz curricular com base na reflexão sobre a organização do ensino, aproximando os conteúdos ministrados do cotidiano dos educandos, promovendo aprendizado com significado, com o objetivo de eliminar a fragmentação de conteúdo;
11. Garantir a participação dos profissionais da educação, no exercício do magistério, na indicação de materiais didáticos e paradidáticos em coerência com o projeto pedagógico da respectiva escola;
12. Implantação da escola em tempo integral em 100% das escolas até o final da vigência deste documento;
13. Reformar e/ou ampliar 100% das unidades escolares ativas;
14. Mobilizar e equipar todas as unidades escolares em convênio com o FNDE.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

## **ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade, contribuindo assim para que a distorção idade-série seja superada no ensino fundamental e por conseguinte no ensino médio;
2. Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio, contribuindo assim para a promoção de sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

3. Contribuir com a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;
4. Colaborar com a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude, bem como com a escola de ensino médio.
5. Cooperar com a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
6. Estimular a participação dos e das adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas em convênio com o Pronatec;
7. Garantir a ampliação de vagas e criar condições de matrícula;
8. Criar condições para que se garantam a permanência e o sucesso do aluno na escola como transporte escolar de qualidade, atendendo de forma universal a real demanda;
9. Garantir espaço físico e materiais adequados, bibliotecas atualizadas, laboratórios equipados adequadamente e professores capacitados para o processo ensino-aprendizagem;
10. Ter como finalidade principal preparar o indivíduo para o enfrentamento, com êxito, das suas diversas necessidades, sejam elas de caráter social, cultural, econômico ou cognitivo, de modo a oferecer um conjunto de meios que proporcionem Conhecimento, o discernimento para realizar escolhas e continuar buscando aprimoramento como pessoa e como profissional, em parceria com as universidades, faculdades e instituto;
11. Garantir um acompanhamento contínuo, de maneira a compreender os entraves e progressos para se alcançar as metas e objetivos propostos no Plano Nacional de Educação;
12. Assegurar o atendimento aos padrões adequados de infraestrutura e de qualidade, estabelecidos no PNE (Plano Nacional de Educação) para o Ensino Médio;
13. Estimular, com a participação efetiva da comunidade, a elaboração de propostas político-pedagógicas no Ensino Médio, de maneira a atender às necessidades e especificidades locais;
14. Estimular a participação democrática da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas, por meio dos Conselhos Escolares, na Escola de Ensino Médio da cidade;
15. Realizar, no prazo de 2 anos, o mapeamento e caracterização da demanda para o Ensino Médio, Técnico de Nível Médio e Profissional em Banabuiú, que subsidie a abertura de novas escolas, bem como a elaboração de novas políticas públicas;
16. Implementar ações de formação continuada para o magistério e funcionários;
17. Assegurar que, no prazo de 5 anos, garanta-se a redução do número de alunos por turma para 30 por classe;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

18. Garantir a formação continuada dos docentes, em temas multidisciplinares nas diferentes áreas do conhecimento;
19. Assegurar através de convênios, programas para melhoria da segurança dentro e fora da escola;
20. Assegurar através de convênios com Universidades, a criação de curso preparatório para o vestibular e ENEM, concomitante ao terceiro ano do Ensino Médio;
21. Constituir equipes multidisciplinares e multiprofissionais em polos (fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais) que possam dar suporte à prática educativa;
22. Viabilizar a partir de convênios, o apoio à saúde: descentralizado (fora da Escola), através do psicólogo, assistente social e outros, em parceria com o PSE.

**META 4: Educação Especial/Inclusiva**

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado- AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Universalizar a educação especial destinada às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas de deficiência física, sensorial, mental, intelectual, auditiva, múltipla, transtorno global do desenvolvimento e características como altas habilidades, superdotação ou talentos.
2. Promover programas gratuitos destinados à oferta da atenção inicial para crianças com necessidades educacionais especiais e/ ou crianças com deficiência em parceria com áreas da saúde, considerando equipe mínima de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e assistência social, quer seja em escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou instituições especializadas;
3. Ampliar convênios com as entidades assistenciais com o Poder Público, que atuam no atendimento em caráter substitutivo e/ ou complementar e de avaliação dos alunos com necessidades especiais no campo da aprendizagem originadas inclusive de deficiência física, sensorial, mental, intelectual, auditiva, múltipla, transtorno global do desenvolvimento e de características de altas habilidades, superdotação ou talentos, comprovados por meio de instrumentos objetivos e validados realizados por uma equipe multidisciplinar e com a participação da família.

**Critérios para caráter substitutivo:** alunos com deficiência intelectual acentuada; deficiência múltipla e autismo associados à deficiência intelectual; todos com necessidades de apoio abrangente e infiltrante nas áreas de desenvolvimento;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

4. Firmar parcerias junto às Instituições de Ensino Superior e de Referência na área da pessoa com deficiência para o desenvolvimento de programas e projetos de formação continuada para os professores da Educação Especial e Cuidadores, Professores da Educação Infantil, Fundamental e EJA dos setores públicos e privados, bem como das instituições de cunho filantrópico;
5. Organizar um sistema de informações em rede, sobre a população a ser atendida e também a que esteja em atendimento pela Educação Especial (escolas regulares e escolas especiais) para que essas informações sejam disponibilizadas ao professor;
6. Implantar programas para equipar as Unidades Escolares de Ensino Fundamental, Infantil e EJA da rede pública e privada, que atendam educandos com algum tipo de necessidade educacional especial, incluindo todo tipo de deficiência com equipamentos, adaptações, recursos pedagógicos prescritos por equipe interdisciplinar que facilitem a aprendizagem e seu melhor desempenho, promovendo a construção (Educação Infantil) e ampliação (Ensino Fundamental e EJA) de salas multifuncionais com equipamentos e materiais destinados ao atendimento educacional especializado e equipe multiprofissional;
7. Organizar programas que viabilizem parcerias com as áreas de assistência social, cultura, ONGs e redes de ensino, para tornar disponíveis em estabelecimentos de ensino, quando necessário, livros falados, em Braille e com caracteres ampliados, além da comunicação alternativa suplementar que apresentam necessidades especiais sensoriais e motoras;
8. Disponibilizar um professor especialista em Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e em cada escola pública, privada e conveniada, diariamente, para avaliar e atender os alunos com deficiência e desenvolver projetos direcionados à educação inclusiva;
9. Disponibilizar agente educacional – cuidadores em cada unidade escolar de acordo com a demanda da escola e complexidade dos casos. Que o número de agentes seja adequado ao número de crianças que apresentam necessidade de acompanhamento até o final da vigência deste plano;
10. Garantir o transporte escolar adaptado aos alunos, da rede pública de ensino, que comprovem sua efetiva necessidade, de acordo com os critérios da legislação, garantindo o acesso desses aos diferentes níveis e modalidades de ensino, acompanhados por monitores;
11. Assegurar ao aluno com deficiência o acompanhamento em sala de aula, cuidados básicos de higiene pessoal, alimentação via oral e locomoção por meio de profissionais específicos (cuidadores);
12. Viabilizar programas e ações de combate ao preconceito e discriminação no ambiente escolar e comunitário por meio de campanhas na mídia nos estabelecimentos de ensino e na comunidade geral garantindo as temáticas da diversidade (pessoa com deficiência, diversidade sexual, emigração, abrigos, questões étnico raciais);
13. Viabilizar o fornecimento e uso de equipamentos de informática especialmente dotados como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, através de parcerias entre Município, Estado, União, organizações da sociedade civil e iniciativa privada.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

14. Implantar o ensino de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para todos os alunos surdos e, gradativamente, para seus familiares, demais alunos e profissionais da Unidade Escolar, mediante programa e/ou projeto de formação;
15. Garantir, em cinco anos, a observância e o cumprimento da legislação de infraestrutura das escolas, conforme estabelecido nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e respectivo Sistema de Ensino, para o recebimento e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais;
16. Garantir que os recursos destinados à Educação Especial, na Rede Pública, assegurem a manutenção e ampliação dos programas e serviços destinados aos alunos com deficiência;
17. Diminuir, gradativamente, no prazo de três anos, o número de alunos na sala de aula regular, onde esteja matriculado aluno com deficiência comprovada por laudo médico, Conselho de Escola e equipe de Educação Especial;
18. Garantir a formação continuada e espaços de discussão permanentes a todos os funcionários da escola para o tema Escola Inclusiva, abrangendo a pessoa com deficiência, diversidade sexual e outros da realidade da escola que se fizerem necessárias;
19. Cumprimento dos decretos federais 3298/99 (dispõe sobre a integração e proteção da pessoa com deficiência) e 5296/04 (dispõe sobre acessibilidade);
20. Aprovação mediante a aquisição dos conhecimentos, conteúdos específicos para o ano/série, com a garantia da adaptação curricular;
21. Em cumprimento à legislação existente, promover a sinalização das escolas, utilizando comunicação alternativa como libras, Braille e outros recursos;
22. Garantir ao aluno com necessidades especiais, no campo da aprendizagem, a flexibilização curricular, de acordo com suas necessidades;
23. Constituir equipes multidisciplinares e multiprofissionais nos polos (fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais) que possam dar suporte à prática educativa;
24. Oferecer apoio psicológico aos profissionais da educação e familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais.

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Assegurar condições de aprendizagem, a todos os alunos, mediante:
  - a) Providências de acompanhamento imediato, quando detectadas as necessidade de reforço em parceria com o Programa Mais Educação;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

- b) Aumento do tempo de permanência na escola para aulas de reforço, atendendo o aluno através de plantão;
  - c) Oferta de material didático adequado para os alunos da rede e determinado pela necessidade da escola pelos seus integrantes;
  - d) Organização de salas heterogêneas, agrupando os alunos e garantindo que em cada sala haja diversidade de desempenho e comportamento, fornecendo assistência adequada ao Professor e apoio de Assistentes para haver inclusão efetiva, sem exclusão da aprendizagem da turma;
  - e) Oferecimento de estrutura para aulas de campo, em ambientes não formais de educação;
  - f) Equipe multidisciplinar para inclusão do aluno com deficiência.
2. Estabelecer um programa de discussão com os pais sobre as concepções e procedimentos de avaliação dos alunos;
  3. Conceber a avaliação como processo formativo e não classificatório;
  4. Prover a todos o ensino da Educação Física, como maneira de se promover a autoestima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde;
  5. Oferecer aulas efetivas de informática em horário alternativo;
  6. Promover tecnologias pedagógicas que garantam o processo de alfabetização para alunos até o final do terceiro ano em parceria com programas como o PAIC e PNAIC.

**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as alunos/as da educação básica.

## **ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as alunos/as na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;
2. Implantar, com o apoio dos programas federais como o PAR, ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

3. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, sindicatos, associações de moradores, bibliotecas, praças, quadras esportivas, IES, igrejas, clubes;
4. Garantir, com o apoio da União e do Estado, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 14 (quatorze) anos, assegurando atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.
5. Ampliar, progressivamente, a jornada escolar, visando expandir a escola de tempo integral, funcionamento em período de pelo menos sete horas diárias, com garantia de professores e funcionários em número suficiente para o atendimento;
6. Ampliar e dotar as escolas de infraestrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, contemplando desde a construção física, equipamentos, espaços para atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas, com as adaptações adequadas às pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
7. Implementar planejamento arquitetônico e administrativo para as escolas, com a participação da comunidade escolar, de modo a garantir unidades funcionais, incluindo:
  - a) Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
  - b) Instalações sanitárias e materiais de higiene pessoal e de limpeza;
  - c) Espaços e recursos materiais para esporte, arte, recreação, biblioteca (com profissional especializado), brinquedoteca e serviço de merenda escolar;
  - d) Adaptação total dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com deficiência;
  - e) Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
  - f) Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
  - g) Serviço de reprodução de textos;
  - h) Informática e equipamento multimídia para o ensino;
  - i) Sistema de reciclagem de resíduos sólidos, com coleta periódica em todas as unidades de ensino;
  - j) Laboratórios de informática e de ciências com recursos materiais e atualização contínua.
8. Assegurar que, em cinco anos, as escolas atendam à totalidade dos requisitos de infraestrutura definidos, adequando os espaços e ambientes escolares para a ampliação das atividades extracurriculares;
9. A partir do segundo ano de vigência deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de escolas que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**META 7** - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Manter e renovar o compromisso com as diretrizes pedagógicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, que têm se mostrado eficientes de acordo com os atuais índices demonstrados pelo Ideb e demais sistemas de avaliação da aprendizagem.
2. Manter e aperfeiçoar o Sistema de Acompanhamento Municipal de Educação de Banabuiú- SAMEB- com vistas a assegurar uma superação cada vez maior das metas projetadas pela União e Estado.
3. Orçar recursos municipais para a consecução do Sistema de Avaliação Municipal da Educação de Banabuiú, no intuito de otimizar a operacionalização dos resultados para imediata intervenção pedagógica.

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 08 anos de estudo no último ano deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município, e igualar a escolaridade média entre todos os adultos dessa faixa etária declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Promover e garantir a educação para que os indivíduos possam partilhar das riquezas e dos conhecimentos socialmente produzidos, possibilitando assim o exercício pleno de sua cidadania;
2. Reconhecer a educação continuada durante a vida, acompanhada de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito;
3. Disponibilizar os recursos para o atendimento da EJA, com políticas que contribuam para o acesso e permanência dos alunos, garantindo também a formação continuada de seus Professores.
4. Assegurar e ampliar a oferta pública e gratuita de Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio presencial, para a população a partir de 15 anos, que não tenha



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

atingido esses níveis de escolaridade; em especial, os egressos dos Programas de Alfabetização;

5. Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura condizentes com a faixa etária desses alunos;
6. Construir políticas e estratégias de ações que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA na escola, construindo estratégias e mecanismos preventivos à evasão, bem como de atenção aos evadidos das escolas do ensino regular;
7. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede;
8. Construção de polos da EJA em locais estratégicos, com recursos de multimídia, biblioteca e sala de informática, para funcionamento da EJA, oportunizando a participação das salas isoladas.
9. Implantar Núcleo de Ensino Supletivo para que jovens e adultos possam adequar melhor seus horários de estudos e avaliações, de acordo com a faixa etária estipulada pela LDB.

**META 9: Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Estabelecer programas, visando alfabetizar jovens, adultos e idosos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo para índices abaixo de 1% até 2020;
2. Distribuir a oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda associada, sempre que possível, com a Educação Profissional;
3. Incentivar a construção de propostas político-pedagógicas, considerando as faixas de idade, em conformidade com as peculiaridades da etapa do ciclo de vida em que se encontram;
4. Realizar Censo Demográfico Municipal, a cada 5 anos, de maneira a mapear demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA;
5. Estabelecer parcerias com as empresas para a implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente;
6. Formular e implementar programa de merenda escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares, salas isoladas e com merendeiras para todos os períodos;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

7. Garantir que as escolas da EJA contemplem os padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação e por este Plano Municipal;
8. Garantir a todos os alunos da EJA o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, sobretudo aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse;
9. Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas através das diversas formas de comunicação disponíveis, bem como articulação com a comunidade, associação de moradores, igrejas, etc.;
10. Realizar encontros e eventos de trocas de experiências em alfabetização de jovens e adultos;
11. Garantir acesso e transporte para alunos de área rural e bairros distantes às escolas e salas da EJA;
12. Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade e rede, tendo como objetivo assegurar cursos para geração de renda;
13. Articular com a Secretaria da Saúde, programas de saúde bucal, oftalmológico, psicológico e outros, junto à EJA;

**META 10: EJA integrada à Educação Profissional**

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Estabelecer convênios com Escolas Técnicas e Organismos Públicos e Privados para a efetivação dos programas de educação profissional para que possam ser ofertados em concomitância com o ensino regular, complementando assim o currículo do Ensino regular, desde que reconhecido pelo poder Público;

**META 11 - Educação Profissional**

Triplificar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

1. Atender às demandas da sociedade, dos empregadores e dos trabalhadores, em sintonia com as exigências de desenvolvimento sustentável local, regional e nacional;
2. Assegurar a construção de currículos que propiciem a inserção e a reinserção dos profissionais no mercado de trabalho atual e futuro;
3. Garantir o compromisso de desenvolver práticas que estimulem a pesquisa e o aperfeiçoamento do ensino, a formação docente, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas, o uso de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, buscando atender às necessidades do mercado de trabalho.
4. Articular, em parceria com os governos federal, estadual e iniciativa privada, um sistema integrado de informações que oriente a política educacional para satisfazer às necessidades de formação inicial e continuada da força de trabalho;
5. Articular, junto aos órgãos envolvidos, uma periódica revisão e adequação às exigências para o desenvolvimento de cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com os sindicatos patronais e dos trabalhadores;
6. Estabelecer políticas públicas para a capacitação específica e diversificada para as pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais;
7. Assegurar que os programas de Educação Profissional às pessoas com deficiências, independente do grau de escolaridade, desenvolvam as etapas de qualificação, encaminhamento e acompanhamento no mercado de trabalho;
8. Garantir que nos programas de Educação Profissional incluam-se além da capacitação profissional, o desenvolvimento das habilidades sociais, básicas e de gestão;
9. Assegurar que os programas de Educação Profissional possam ser ofertados por qualquer organismo, desde que reconhecido e/ou conveniado com o Poder Público;
10. Assegurar a entrada de alunos nos programas, a partir de 14 anos, sem limites de idade máxima;
11. Garantir a capacitação de todos os profissionais que atuam no programa de Educação Profissional;
12. Estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino na área de Educação Especial para capacitar os profissionais do Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante;
13. Ampliar o número de vagas e locais que ofereçam cursos profissionalizantes/técnicos com idade mínima de 16 anos, sem limites de idade máxima;
14. Viabilizar a promoção de cursos profissionalizantes aos finais de semana;
15. Garantir a adequação do espaço físico e material didático para a pessoa com deficiência;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

16. Viabilizar a formação de equipe mínima para a educação profissional: pedagogo e instrutor para alunos com deficiência.

**META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 80% e a taxa líquida para 50% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Incentivar empresas da área educacional na instalação de instituições de ensino superior privadas no município de Banabuiú, ofertando cursos em diversas áreas do conhecimento.
2. Solicitar a implantação de um campi universitário, através dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas no município de Banabuiú, ofertando programa de graduação e pós graduação, preferencialmente na área da educação.
3. Construir em parceria com o governo estadual e/ou federal um campi para implantação do ensino superior em Banabuiú.
4. Ofertar transporte escolar adequado para o deslocamento de Estudantes de Ensino Superior para as cidades centro da nossa região.
5. Ensejar discussões, por meio de fóruns, sobre a diversificação de cursos no processo de ampliação de oferta de vagas, de maneira a garantir não só os condicionantes do mercado, como também as necessidades de desenvolvimento estratégico local, regional e nacional;
6. Promover moções no sentido de ampliar as vagas públicas na educação superior para a criação de cursos de educação profissional de nível tecnológico;
7. Criar políticas públicas que busquem ampliar o sucesso do estudante, proveniente do ensino médio público, para o ingresso no ensino superior, através de cursos preparatórios para os processos seletivos e/ou classificatórios para tal.
8. Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de educação superior e as escolas públicas de educação básica de Banabuiú, visando ao desenvolvimento de pesquisa, extensão bem como programas de formação continuada para a educação básica, conforme as necessidades diagnosticadas;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

9. Implementar programas informativos e de incentivo ao jovem do ensino médio de escola pública sobre cursos e profissões, ofertas e vagas, políticas de amparo e/ou financiamento ao estudante universitário no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior;
10. Promover a divulgação e incentivo junto aos professores da educação básica de informações sobre pós-graduação;
11. Incentivar o desenvolvimento junto às Instituições de Ensino Superior de projetos de Ciência, Tecnologia e Extensão, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, valorizadas e respeitadas as características e necessidades locais e regionais;
12. Estimular a ampliação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior e, especificamente, nas Instituições Privadas, aumentando assim o número de docentes do ensino superior com maior qualificação;
13. Discutir e propor, junto às Instituições do Ensino Superior, a inclusão nas matrizes curriculares de todos os cursos de formação de docentes, temas referentes à Educação e direitos Humanos, Educação Sexual, Ética, Educação Ambiental, questões Étnico-Raciais e Diversidade;
14. Estabelecer parcerias, entre as escolas Municipais e Estaduais e as Instituições de Ensino Superior para a criação de equipes multidisciplinares (Psicopedagogas, Assistentes Sociais, Fonoaudiólogas, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais), para o atendimento da Educação Infantil ao Ensino Médio;
15. Viabilizar o intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior e escolas públicas, para a organização de programas que visem a promoção, interação e estímulo dos alunos, modificando as suas perspectivas, fazendo com que estes familiarizem-se com o ambiente acadêmico.

**META 13:** Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 50%, sendo, do total, no mínimo, 20% doutores.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Ensejar estratégias de participação do município no processo de avaliação das instituições de Educação Superior, buscando a qualidade na formação dos profissionais da região.
2. Ensejar discussões, por meio de fóruns, sobre a diversificação de cursos no processo de ampliação de oferta de vagas, de maneira a garantir não só os condicionantes do mercado, como também as necessidades de desenvolvimento estratégico local, regional e nacional;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**META 14-** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação de 20 mestres e 10 doutores no município durante a vigência do PME.

1. Garantir no Plano de Cargos e Carreira do município o direito à formação em pós graduação *stricto sensu* em universidades brasileiras e estrangeiras.
2. Realizar o dimensionamento da demanda de formação docente e gestionar a respectiva oferta junto às instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas nacionais e estaduais.
3. Prever, no PCC, critérios e percentuais para liberação de licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*, inicialmente em nível de mestrado, segundo critérios definidos no PCC.

**META 15** - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

## **ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica, em especial, ao nível educacional pretendido.
2. Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira – PCC a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada no artigo 61 e Incisos, da LDB 9394/96, supra citados.
3. Garantir, no prazo máximo de três anos da vigência do PME, meios de ingresso dos profissionais de educação em IES (Instituto de Educação Superior) e/ou universidades através de convênios, em cursos de licenciatura, de acordo com seu cargo ou área de atuação;
4. Elaborar no primeiro semestre de vigência do PNE, um plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes na região, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.
5. Elaborar um projeto de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

6. Implementar programas específicos para formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica que estão atuando nas diversas áreas do conhecimento.

7. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de aperfeiçoamento e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

**Meta 16**-Formar, em nível de pós-graduação, 70% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### **ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Criar a Fundação de Apoio a Pesquisa, de âmbito público, garantindo um percentual a ser definido, do orçamento municipal, com a finalidade prioritária de fomentar e apoiar atividade de estudo e pesquisa na área de educação, visando à melhoria dos índices de qualidade do sistema municipal de ensino;

2. Incluir, no plano de Carreira dos/as profissionais da educação do Município, licenças remuneradas para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*;

3. Fomentar a oferta de cursos destinados à formação de profissionais da educação para as áreas de administração escolar, multimeios, manutenção da infraestrutura e alimentação, sem prejuízo de outras e em atendimento das demandas nas unidades escolares.

**META 17:** Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PME.

#### **ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Participar ativamente e incentivar a participação dos Profissionais da Educação nos fóruns permanentes constituídos por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

**Meta 18:** Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os/as profissionais da educação básica e de garantir no prazo de seis meses, a reformulação e





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

implantação do plano de Carreira dos/as profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo que pelo menos 90% (noventa por cento) dos/as respectivos/as profissionais do magistério sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;
2. Instituir programa de acompanhamento do professor e da professora iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação do/a professor/a ao final do estágio probatório;
3. Realizar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração, o censo dos/as profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;
4. Garantir no prazo máximo de um ano a efetivação do 1/3 de hora-atividade, uma vez que está vigente e obrigatória para todo o país.
5. Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação básica para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.
6. Assegurar que a rede municipal de ensino constitua seu quadro de profissionais do magistério, com 70% nos primeiros cinco anos e 80% ao final da vigência deste PME de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo.
7. Aprimorar plano de acompanhamento do professor e dos demais profissionais da educação em estágio probatório, por profissional com experiência de ensino, de no mínimo 3(três) anos, visando assessorá-lo em suas necessidades e fundamentar, com base em avaliação documentada, seu encaminhamento para aperfeiçoamento e/ou a decisão pela efetivação ou não do mesmo ao final deste período.

**META 19 - GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS**

1. Estimular a formação e/ou fortalecimento dos Grêmios Estudantis e Associação de Pais e Mestres, bem como o fortalecimento do Conselho de Classe dentro de cada Escola, disponibilizando espaço físico para as reuniões pertinentes a cada grupo;
2. Promover formações periódicas para os componentes e futuros componentes dos conselhos;
3. Construir mecanismos de avaliação institucional, de forma participativa, para melhoria da qualidade do ensino;
4. Promover, em 02 anos, a partir da aprovação deste PME, a seleção pública para escolha de Gestores, incluindo eleições democráticas para os aprovados, estabelecendo critérios legais para o cumprimento do pleito e da posse dos aprovados, classificados e por fim, eleitos.
5. Criar Comissão de Avaliação da gestão das escolas, sem ferir sua autonomia, com vistas a aprimorar e auxiliar o fortalecimento da democracia dentro das Instituições de Educação.
6. Implementar políticas que estimulem a participação da comunidade escolar, no sentido de garantir a gestão democrática;
7. Assegurar o acompanhamento e avaliação do PME, anualmente, o que possibilitará a realização periódica de ajustes, o que garantirá o cumprimento do que aqui está previsto.

**META 20:** Ampliar o investimento na educação municipal atingindo, em 10 anos, 30% da receita líquida do município, sendo 0,5% de acréscimo ao ano, resultante de impostos, inclusive o proveniente de transferências para manutenção e desenvolvimento do ensino público;

**ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS:**

1. Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamento.
2. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.
3. Divulgar regularmente os indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno nas etapas da educação de responsabilidade do município.
4. Calcular e divulgar anualmente, o custo-aluno-qualidade, bem como buscar o aumento progressivo do investimento público em educação, com vistas a garantir a oferta de uma EB de qualidade para todos.
5. Associar a prestação de assistência técnica e ênfase de formação às demandas e projetos contemplados nos PPP das escolas, visando priorizar a melhoria da qualidade da educação.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**

6. Viabilizar, através de projetos, recursos financeiros junto à esfera federal com o objetivo da ampliação de vagas e melhoria da qualidade do ensino.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Banabuiú, aos 19 de Junho de 2015.

  
Jeovane Bezerra Dutra  
Presidente

Urbano Ferreira Cunha Filho  
1º Secretário